

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 11996/18

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00334 / 2019

- 1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: Marcos Antônio Colaço
 - 1.2.2. Matrícula: 3487
 - 1.2.3. Cargo: Auxiliar de Artifice III
 - 1.2.4. Lotação: SESUMA
 - 1.2.5. Data de Nascimento: 11/03/1956
 - 1.2.6. Tempo de Contribuição: 13.209 dias
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: 14/05/2018 (fl. 55).
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Boletim Oficial de 31.05.18 (fl.56).**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: Presidente do Instituto de Previdência do Município de Campina Grande, Senhor Antônio Hermano de Oliveira
- 2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: A Auditoria concluiu, em seu relatório inicial (fls. 71/76), pela legalidade do ato aposentatório de fl. 56 e seu competente registro.
- 3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.
- 4. VOTO: Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, os cálculos proventuais estão corretos e o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, de modo que Voto pela sua legalidade e concessão do competente registro.

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa João Pessoa, 21 de fevereiro de 2019.

Assinado 22 de Fevereiro de 2019 às 11:56



Cons. Marcos Antonio da Costa

PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 25 de Fevereiro de 2019 às 14:23



Manoel Antonio dos Santos Neto MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO